

LITERATURA E FANTASIA

1. A leitura da literatura

A literatura introduziu-se na escola desde o começo da história dessa instituição. Testemunhos dão conta que, entre os sumérios, povo a que se atribui a invenção da escrita, já se estabelecera a prática de transmissão de textos canônicos por intermédio de uma entidade administrada, no caso daquela coletividade, por sacerdotes. Contudo, o modelo de escola que ainda subsiste é herança dos gregos dos séculos V e IV a.C., que conferiram à poesia e à prosa a função de transmitir um padrão linguístico e um patrimônio cultural aos jovens atendidos pelo *grammatistes*, nome pelo qual eram conhecidos os professores.

Atualmente não mais compete ao ensino da literatura a transmissão de um patrimônio já constituído e consagrado, mas a responsabilidade pela formação do leitor. Por sua vez, a execução dessa tarefa depende de se conceber a leitura não como o resultado satisfatório do processo de letramento e decodificação de matéria escrita, mas como atividade propiciadora de uma experiência única com o texto literário. A literatura se associa então à leitura, do que advém a validade dessa.

A experiência da leitura decorre das propriedades da literatura enquanto forma de expressão, que, utilizando-se da linguagem verbal, incorpora a particularidade dessa de construir um mundo coerente e compreensível, logo, racional. Esse universo, da sua parte, alimenta-se da fantasia do autor, que elabora suas imagens interiores para se comunicar com o leitor. Assim, o texto concilia a racionalidade da linguagem, de que é testemunha sua estrutura gramatical, com a invenção nascida na intimidade de um indivíduo; e pode lidar com a ficção mais exacerbada, sem perder o contato com a realidade, pois precisa condicionar a imaginação à ordem sintática da língua. Por isso, a literatura não deixa de ser realista, documentando seu tempo de modo lúcido e crítico; mas revela-se sempre original, não esgotando as possibilidades de criar, pois o imaginário empurra o artista à geração de formas e expressões inusitadas.

Dúbia, a literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê. Nesse sentido, o texto literário introduz um universo que, por mais distanciado da rotina, leva o leitor a refletir sobre seu cotidiano e a incorporar novas experiências.

A leitura do texto literário constitui uma atividade sintetizadora, permitindo ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade, sem perder de vista sua subjetividade e história pessoal. O leitor não esquece as próprias dimensões, mas expande as fronteiras do conhecido, que absorve pela imaginação e decifra por meio do intelecto. Por isso, trata-se também de uma atividade bastante completa, raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial. Essas têm seu sentido aumentado, quando contrapostas às vivências transmitidas pelo texto, de modo que o leitor tende a se enriquecer graças ao seu consumo.

Se esse é o ângulo individual da leitura, o ângulo social decorre dos efeitos desencadeados. O leitor tende a socializar a experiência, cotejar as conclusões com as de outros leitores, discutir preferências. A leitura estimula o diálogo, por meio do qual se trocam resultados e confrontam-se gostos. Portanto, não se trata de uma atividade egocêntrica ou narcisista; aproxima as pessoas e as coloca em situação de igualdade, pois todos estão capacitados a ela.

Em certa medida, a leitura sugere outra faceta educativa da literatura: o texto artístico talvez não ensine nada, nem queira fazê-lo; mas seu consumo induz a práticas socializantes, que, estimuladas, se mostram democráticas, igualitárias.

O exercício da leitura é o ponto de partida para a aproximação à literatura. A escola dificilmente o promoveu, a não ser quando condicionado a outras tarefas, a maior parte de ordem pragmática. Hoje, quando o ensino está em crise, apresenta-se como necessidade prioritária, pois faculta avizinhar-se a um objeto tornado estranho no meio escolar. Porém, talvez se constitua também no ponto de chegada, na medida em que oferece opções diversas daquelas recorrentes na história da educação.

Essas alternativas talvez possam ser transpostas à própria escola que, atualmente, parece ter perdido a eficácia que um dia teve, substituída pela dos meios de comunicação de massa e da comunicação eletrônica. Sua sobrevivência enquanto instituição, portanto, depende de se posicionar na vanguarda dos fatos históricos. Poderá fazê-lo, caso se solidarizar a seus usuários, servir-lhes de veículo para manifestação pessoal e colaborar para sua autoafirmação. O exercício da leitura do texto literário em sala de aula pode preencher esses objetivos, conferindo à literatura outro sentido educativo, auxiliando o estudante a ter mais segurança relativamente às próprias experiências.

2. A fantasia e a utopia da educação

A leitura acontece quando a imaginação é convocada a trabalhar com o intelecto, responsável pelas operações de decodificação e entendimento de um texto ficcional. O resultado é a fruição da obra, sentimento de prazer motivado não apenas pelo arranjo convincente do mundo fictício proposto pelo escritor, mas também pelo estímulo dado ao imaginário do leitor, que assim navega em outras águas, diversas das familiares a que está habituado.

Definida enquanto criação, a obra literária não é produzida sem que outra imaginação seja ativada primeiro: a do escritor. Por isso, coincide com invenção, associa-se à fantasia, parece irreal. De um lado, simula lidar com coisas e pessoas conhecidas; de outro, porém, deixa claro que aquelas nunca tiveram existência concreta, tangível ou mensurável. Reais são apenas as palavras que as enunciam; essas, no entanto, também são impalpáveis. Onde então situar a materialidade da literatura, localizada, supõe-se, em algum lugar, já que nos atinge tanto?

A resposta a essa questão talvez seja tão imprecisa quanto o objeto a que ela se refere: tudo começa na fantasia, cuja existência pode ser confirmada de modo empírico, já que diariamente experimentamos seus efeitos, mas cujo cerne não tem substância, nem forma.

O que é a fantasia? Eis um tema negligenciado, quando a fantasia é considerada uma forma de alheamento do universo imediato experimentado e conhecido pelos seres humanos; ou mesmo rejeitado, por ser a fantasia julgada improdutiva pela sociedade capitalista, que não tolera uma atividade não rendosa e sem aplicação.

Uma perspectiva, mais doutrinária, a exilou, expulsando-a de seu universo conceitual e denegrindo seus efeitos; outra, mais pragmática, não a evitou, mas, ao adotá-la, comprometeu sua finalidade. Esta foi encampada pela indústria cultural, que lhe conferiu sentido escapista, encarregando-a, por uma parte, de proporcionar a fuga, ainda que ilusória e momentânea, da vida cotidiana, rotineira e insípida, e, por outra, de facilitar a acomodação a uma situação que, assim, se torna suportável. De certo modo, a crítica da cultura, capitaneada pela Escola de Frankfurt, mas também pelos Estudos Culturais, aceitou as regras impostas à fantasia pelo capitalismo, confirmando-as por outra via; ambas as posições se uniram nessa condenação a um fenômeno inerente à vida humana.

Nem todos, contudo, compartilham o preconceito, a começar por Sigmund Freud, talvez o principal responsável pelo resgate da fantasia e pelo esclarecimento de sua articulação às atividades artísticas de criação. Freud indica que a fantasia é motivada por desejos insatisfeitos; ela acolhe-os e elabora-os, buscando satisfazê-los por intermédio de processos como o sonho, a imaginação, o devaneio.

O escritor, por exemplo, canaliza esses desejos para sua obra criativa; essa, em certo sentido, permite-lhe externar lembranças insatisfatórias do passado, aliadas a experiências presentes, e, de algum modo, resolvê-las ou superá-las. Sob esse aspecto, a criação artística assemelha-se ao sonho do adulto ou ao brinquedo da criança, pois, durante sua ocorrência, evidenciam-se os problemas que afetam o sujeito e as possibilidades de solução para eles. Não por acaso, acredita Freud, algumas línguas usam a mesma palavra para designar o ato de brincar (*play*, em inglês; *spiel*, em alemão) e o de produzir peças literárias ou teatrais.¹

Alojada no coração dos problemas de um indivíduo, a fantasia não pode levar à evasão; nem as imagens que ela libera se desligam do cotidiano ou da existência dos homens com os quais o artista convive. Seu relacionamento com o mundo encontra acolhida no imaginário, mas esse não é meramente receptivo: trabalha essas sugestões exteriores, associa-as a recordações do passado, articula-as aos insumos resultantes das informações armazenadas pelo sujeito.

O mais importante é que a fantasia dá forma compreensível àqueles fenômenos, transparecendo por meio de ações e figuras, relações entre elas, saídas para os problemas levantados. E porque a forma empregada é compreensível, pode ser adotada por outros indivíduos, que, assim, têm condições de entender as próprias dificuldades, refletir sobre elas, buscar um caminho para seus dramas pessoais ou sociais.

A fantasia transfere essa forma para a literatura, e o leitor procura ali os elementos que expressam seu mundo interior. Pode ser que ele não opere como o escritor, que produz um texto literário ao elaborar de modo criativo seus processos internos; mas ele passa por situação similar, na medida em que o mundo criado agita seu imaginário e faz com que, de alguma maneira, esse se manifeste e transforme-se em linguagem. Eis por que leituras significativas se confundem com nosso cotidiano, tornam-se lembranças perenes, explicam nossa própria vida.

Sendo assim, para ser valorizada, a fantasia não precisa recorrer a um pouco provável ângulo utilitário ou aplicado. Ela não é prática, embora tenha sido aproveitada pela indústria cultural como maneira de aplacar a insatisfação interior resultante da divisão do trabalho e da mecanização da existência na capitalista pós-moderna.

¹ Cf. FREUD, Sigmund. *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen*. Rio de Janeiro: Imagem, 1976.
FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneios*. Rio de Janeiro: Imagem, 1976.

É, contudo, condição básica de relacionamento entre os homens, porque faculta a expressão de seus dramas e das soluções possíveis. A criação artística, nesse sentido, assume papel preponderante, porque, operando a partir das sugestões fornecidas pela fantasia, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas; logo, configura-se também como ponto de partida para o conhecimento do real e a adoção de uma atitude liberadora.

Regressiva na formação, pois remonta a lembranças de problemas, a fantasia é prospectiva na formulação; e a literatura, sua herdeira, recebe como legado sua tônica utópica, acenando para as possibilidades de transformação do mundo e encaminhamento de uma vida melhor para todos que dependem dela para conhecer o ambiente circundante.

A educação compartilha com a fantasia e a literatura a perspectiva utópica a que essas apontam. Etimologicamente, educar é extrair, levar avante, conduzir para fora e para frente. Funda-se, pois, em um ideal, o de que é possível mudar a atitude individual e a configuração da sociedade por meio da ação humana. Porque ideal, esse objetivo é seguidamente criticado e até rejeitado. A dificuldade maior, porém, não reside aí, mas no fato de não se vir concretizando e de estar ameaçado de desaparecimento por obsoleto.

A dificuldade reside também na circunstância de que, de ideal, esse objetivo converteu-se em um sistema: educação deixou de consistir em um processo, presente em várias das atividades sociais e culturais, para se apresentar como instituição, com estrutura, organograma, agentes, calendário e orçamento. Originalmente tão fluida como a fantasia, hoje evidencia sua substância e onipresença; mas não pode negar sua incapacidade de preencher o ideal de que dependeu seu aparecimento e que legitima sua continuidade. Por que não funciona? Deve funcionar? Neste caso, como deveria funcionar?

Essas questões não são irrelevantes; da resposta a elas depende a recuperação da utopia que, um dia, validou a implantação e organização do ensino. A resposta a elas possibilita também articular a utopia da educação àquela que está na base da fantasia e da literatura e move a vida humana, por mais atribulada que esteja a sociedade.

Regina Zilberman

LEITURA, LITERATURA E ESCOLA

1. Leitura e literatura

Sendo a entidade que recebe a incumbência de ensinar a ler, a escola tem interpretado esta tarefa de um modo mecânico e estático. Dota as crianças do instrumental necessário e automatiza seu uso, por meio de exercícios que ocupam o primeiro – mas dificilmente o segundo – ano do Ensino Fundamental. Ler confunde-se, pois, com a aquisição de um hábito e tem como consequência o acesso a um patamar do qual não mais se consegue regredir; porém, a ação implícita no verbo em causa não torna nítido seu objeto direto: ler, mas ler o quê? Desta maneira, o cerne da leitura não se esclarece para o aluno que é beneficiário dela. Por conseguinte, sabendo ler e não mais perdendo esta condição, a criança não se converte necessariamente num leitor, já que este se define, em princípio, pela assiduidade a uma instituição determinada – a literatura.

Assim como acontece com a alfabetização, a escola pode ou não ficar no meio do caminho, o que quer dizer: dar oportunidade para que sua tarefa se cumpra de modo geral, transformando então o indivíduo habilitado à leitura em um leitor, ou não, o que pode reverter no seu contrário. Neste caso, a criança afasta-se de qualquer leitura, mas sobretudo dos livros, seja por ter sido alfabetizada de maneira insatisfatória, seja por rever na literatura experiências didáticas que deseja esquecer.

Em virtude desses aspectos contraditórios, não apenas se trata de enfatizar o valor da leitura enquanto procedimento de apropriação da realidade, mas também de delimitar o sentido do objeto por meio do qual ela se concretiza: a obra literária. Pois, acreditando-se que o ato de ler, em decorrência de sua natureza, se reveste de uma aptidão cognitiva, esta não se complementa sem o texto que demanda seu exercício.

Compreendida de modo amplo, a ação de ler caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca. Se este lhe aparece, num primeiro momento, como desordenado e caótico, a tentativa de impor a ele uma hierarquia qualquer de significados representa, de antemão, uma leitura, porque imprime um ritmo e um conteúdo aos seres circundantes. Nesta medida, o real torna-se um código, com suas leis, e a revelação destas, ainda que de forma primitiva e incipiente, traduz uma modalidade de leitura que assegura a primazia de um sujeito, e de sua capacidade de racionalização, sobre o todo que o rodeia. É o que se passou com o homem primitivo que, por intermédio de sua cultura selvagem, propôs uma leitura mítica do mundo; e, se, com isto, ele reconheceu a natureza hostil que o cercava como poderosa e ameaçadora, não deixou de infundir a ela sua soberania, ao atribuir-lhe uma organização que era produto, antes de mais nada, da inteligência dele.

Se ler qualifica, pois, toda a relação com o real, percebe-se que esta ação se expressa pela elaboração de um código, o qual, por sua vez, manifesta o domínio que o homem exerce (ou que deseja exercer) sobre sua circunstância. O mito, manifestação mais importante e duradoura da cultura primitiva, é este código, já que funciona ao modo de uma língua. Porém, é igualmente uma linguagem, já que conota, de modo significativo, as trocas possíveis entre o indivíduo ou um grupo social determinado e a natureza que estava aprendendo a sobrepujar.

O fato revela o vínculo íntimo e umbilical que toda a ação de ler estabelece não somente com o mundo dos objetos, mas principalmente com a linguagem. Emergindo esta da interação entre o ser humano e a realidade, sua existência não pode ser compreendida sem o ato de leitura, posto que é ele que está no bojo de um tal intercâmbio. Por sua vez, assistindo-se aí ao nascimento da linguagem, verifica-se que falar e ler a realidade implicam uma manifestação fundamentalmente verbal, de modo que, entre as possibilidades de expressão, a língua é a que contém de maneira mais completa o produto desses contatos primordiais com o real.

Por esta razão, a leitura perde a significação generalizadora mencionada de início, para traduzir principalmente uma relação com a linguagem, agora depositada no texto escrito. Esta conversão, por seu turno, não é mecânica, nem faz supor que a escrita mimetiza fielmente a expressão oral. Pelo contrário, a passagem permite uma fixação do dito, garantindo a autonomia deste com referência à ocasião de sua gênese ou às intenções que o produziram, configurando um universo independente, cuja significação advém da intimidade de suas fronteiras.

O trânsito da fala à escrita determina, portanto, o aparecimento de uma constelação específica de sinais – um código característico, o das letras, cuja missão é assegurar, de um lado, a imobilidade do texto, condição de sua perenidade no tempo; e, de outro, sua polissemia, vale dizer, a possibilidade de se extraírem dele múltiplos sentidos, a partir de sua organização interior. Por meio deste processo, o texto realiza sua aspiração – a de distanciamento das circunstâncias de sua produção, a não ser que as incorpore à estrutura, projetando-se como enigma para o sujeito que o invoca: o leitor.

É a escrita, por conseguinte, que assinala o caráter enigmático da expressão, propondo-se a uma leitura que, para ser fiel à sua natureza, qualifica-se inevitavelmente como decifração. Assim sendo, se o ler conformava de antemão o relacionamento original do indivíduo com o mundo circundante, a expansão de sua prática demanda a metamorfose deste texto, imagem derradeira da aspiração da soberania do ser humano sobre o ambiente que o rodeia. Porém, nesta conversão, o real não se dobra, senão que emerge mais uma vez na sua obscuridade de origem, reclamando um desvelamento.

Verifica-se em que medida a leitura reproduz a convivência com o mundo exterior, também esta uma modalidade de lê-lo. E por que esta ação não pode prescindir do objeto fixado pela escrita – o texto literário – sob pena de se tornar um exercício estéril, já que esvaziado daquilo que consiste no seu destino?. Por sua vez, esta atividade de decifração traduz um adentramento no real, porque o texto age como uma síntese dele. Neste aspecto, a obra de ficção, fundada na noção de representação da realidade, exerce este papel sintético de forma mais acabada, fazendo com que leitura e literatura constituam uma unidade que mimetiza os contatos palpáveis e concretos do ser humano com seu contorno físico, social e histórico, propondo-se mesmo a substituí-los.

Em virtude disto, se o ato de ler se configura como uma relação privilegiada com o real, já que engloba tanto com a linguagem, como o exercício hermenêutico de interpretação dos significados ocultos que o texto enigmático suscita, a obra de ficção avulta como o modelo por excelência da leitura. Sendo uma imagem simbólica do mundo que se deseja conhecer, ela nunca se dá de maneira completa e fechada. Pelo contrário, sua estrutura, marcada pelos vazios e pelo inacabamento das situações e figuras propostas, reclama a intervenção de um leitor, o qual preenche as lacunas, dando vida ao mundo formulado pelo escritor. Deste modo, à tarefa de deciframento se implanta outra: a de preenchimento, executada particularmente por cada leitor, imiscuindo suas vivências e imaginação.

Caracterizando a experiência fundamental da realidade, esta pode ser qualificada como a mediadora entre cada ser humano e seu presente. Porém, se este se converte numa obra, e como tal transmitindo um saber, mas exigindo simultaneamente a participação ativa do destinatário, percebe-se que, no decorrer desta mediação, os dois seres acham-se comprometidos e entrelaçados. De um lado, o leitor, que decifra um objeto, mas não pode impedir que parte de si mesmo comece a se integrar ao texto, o que relativiza para sempre os resultados de sua interpretação, abrindo, por conseguinte, espaço para novas e infindáveis perspectivas. De outro, a criação literária, que, imobilizada pela escrita e aspirante à eternidade, não consegue escapar à violação procedida pelo olhar de cada indivíduo, que é tanto mais indiscreto quanto mais penetrante e inquiridor. Com isto, relativiza-se igualmente sua significação, tornando-a moeda comum e, portanto, democratizando-a.

Modelo do desvelamento do mundo, a leitura encontra na literatura eventualmente seu recipiente imprescindível. Preservar estas relações é dar sentido a elas. E, se a escola não pode absorvê-las por inteiro, igualmente não pode ser o lugar onde elas se rompem em definitivo, sob pena de arriscar sua missão e prejudicar, irremediavelmente, o ser humano a quem diz servir.

2. A leitura na escola

O emprego do livro na escola remonta às suas origens. Suporte do aprendizado nas primeiras letras, o livro passou por diversas fases, ao longo da história da educação no Brasil. Camões, as seletas, as apostilas, o livro único, o didático, o paradidático, todos estes são facetas de um mesmo livro – aquele a quem se delegou a incumbência de acompanhar o estudante durante o transcurso das atividades discentes, servindo como depósito de informações e exercícios, sem negar nunca seu caráter utilitário que, se o degradou, não impediu sua expansão crescente. Por isso, transcendeu o âmbito da sala de aula e converteu-se numa vigorosa fonte de renda para autores, editores e livreiros, embora nem sempre na mesma proporção.

Sendo imediatista, e por isto mesmo descartável, este livro, paradoxalmente, só se justifica pelas promessas que contém. O tipo de ensinamento que propicia – de regras linguísticas ou informações a respeito da história literária – apenas adquire sentido no futuro, quando o estudante eventualmente precisar dele, no exame vestibular, em um concurso ou na redação de um ofício ou requerimento. Assim, consumindo-se rapidamente e fazendo girar os capitais da indústria livreira nacional, o livro didático – modelo privilegiado das outras espécies citadas – explica-se tão somente pelo que antecipa, fenômeno no qual está incluído o sucesso de que é, ainda, o avalista.

Estes fatores convertem o livro didático no avesso da leitura de que se falava antes. E, constituindo-se, de certa maneira, no arquétipo do livro em sala de aula, acaba por exercer um efeito que embacia a imagem que a prática da leitura almeja alcançar. Esta se caracteriza por uma experiência do presente, com a qual se compromete o leitor, já que este contribui com seu mundo íntimo no processo de decifração da obra. O livro didático exclui a interpretação e, com isto, exila o leitor. Propondo-se como autossuficiente, simboliza uma autoridade em tudo contrária à natureza da obra de ficção que, mesmo na sua autonomia, não sobrevive sem o diálogo que mantém com seu destinatário.

Consequentemente, a proposta de que a leitura seja reintroduzida na sala de aula significa o resgate de sua função primordial, buscando sobretudo a recuperação do contrato do aluno com a obra de ficção. Deste intercâmbio, respeitando-se o convívio individualizado que se estabelece

entre o texto e o leitor, emerge a possibilidade de um conhecimento do real, ampliando os limites – até físicos, já que a escola se constrói como um espaço à parte – a que o ensino se submete.

Com efeito, o recurso à literatura pode desencadear com eficiência um novo pacto entre as crianças ou jovens e o texto, assim como entre o aluno e o professor. No primeiro caso, trata-se de estimular uma vivência singular com a obra, visando ao enriquecimento pessoal do leitor, sem finalidades precípuas ou cobranças ulteriores. Já que a leitura é necessariamente uma descoberta de mundo, procedida segundo a imaginação e a experiência individual, cumpre deixar que este processo se viabilize na sua plenitude. Além disto, sendo toda a interpretação em princípio válida, porque oriunda da revelação do universo representado na obra, ela impede a fixação de uma verdade anterior e acabada, o que ratifica a expressão do aluno e desautoriza a certeza do professor. Com isto, desaparece a hierarquia rígida sobre a qual se apoia o sistema educativo, o que repercute em uma nova aliança, mais democrática, entre o professor e o estudante. E com consequências relevantes, já que o aluno se torna coparticipante, e o professor menos sobrecarregado e mais flexível para o diálogo.

Regina Zilberman